



Câmara Municipal de Curitiba

MINUTA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00279/2026**

**ANEXO III**

**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE  
CURITIBA E \_\_\_\_\_.**

**CONTRATANTE:** A **CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA**, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 720, Curitiba/PR, CEP 80.010-902, inscrita no CNPJ sob o nº **77.636.520/0001-10**, neste ato representada pelo seu Presidente e Ordenador da Despesa, Vereador **LEÔNIDAS EDSON KUZMA**; e, de outro lado;

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, neste ato representada por seu/sua Sócio(a) Administrador(a), Sr.(a) \_\_\_\_\_;

Tendo em vista o contido no **Processo Administrativo nº 00279/2026 - CMC**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026**, com fundamento no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de clipping de matérias jornalísticas de interesse da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), publicadas em mídia impressa (jornais e revistas), eletrônica (rádio e televisão) e online (sites da internet, blogs e redes sociais), incluindo fornecimento de até 10 (dez) senhas de acesso, curadoria, treinamento e suporte técnico, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência do **Edital nº XXX/2026**, que é parte integrante deste Contrato, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrições e quantitativos abaixo:

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	Prestação de serviço contínuo de clipping jornalístico com monitoramento de mídia impressa (jornais e revistas), eletrônica (rádio e televisão) e online (sites da internet, blogs e redes sociais), gestão de informação e análise de conteúdo de matérias jornalísticas de interesse da CMC, incluindo fornecimento de até 10 (dez) senhas de acesso, curadoria, treinamento e suporte técnico.	Mês	12	R\$ _____	R\$ _____



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

- 1.2. Somente serão pagos os quantitativos de serviços efetivamente demandados pela fiscalização e realizados pela Contratada;
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.3.1. O Termo de Referência;
  - 1.3.2. O Edital da Licitação;
  - 1.3.3. A Proposta da Contratada;
  - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação e a adequada prestação dos serviços, com eficiência e qualidade.
  - 2.1.1. A prorrogação é condicionada ao atesto, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada;
  - 2.1.2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;
  - 2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;
- 2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observada a abrangência da aplicação.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo focal da seção responsável da Diretoria de Comunicações.
- 3.2. Após a assinatura do contrato, será agendada reunião inicial com a Contratada para alinhar o desenvolvimento dos trabalhos.
- 3.3. A Contratada deverá apresentar preposto, aceito pela Contratante, para representá-la na execução do contrato, sendo este responsável pelo acompanhamento e gerenciamento das atividades contratadas.
- 3.4. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade.
- 3.5. A Contratada deverá disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.
- 3.6. Pedidos de esclarecimento de dúvidas ou solicitações de informações deverão ser respondidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, ou até o primeiro dia útil subsequente.
- 3.7. Após a emissão da Nota de Empenho, a Contratante enviará à Contratada, via correio eletrônico (e-mail), solicitação de prestação de serviços, através de Comunicado de Autorização para Prestação de Serviços.
- 3.8. A Contratada terá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para a prestação dos serviços demandados pela fiscalização, contados do envio do Comunicado de Autorização para Prestação de Serviços.
- 3.9. Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da sua prestação, juntamente com a Nota Fiscal (Faturamento), pela fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

- 3.11. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado (Atesto de Recebimento).
- 3.12. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências do Termo.
- 3.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 3.14. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 3.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.
- 3.16. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado após recebimento definitivo, mediante aceitação dos serviços pela Contratante.
- 3.17. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

### 3.18. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

- 3.18.1. A transição entre a empresa Contratada e eventual nova Contratada deverá ser conduzida de forma ordenada, garantindo a continuidade e a integridade dos serviços prestados, sem prejuízo à Administração.
- 3.18.2. A Contratada deverá cooperar integralmente com a equipe de fiscalização e com a nova empresa que vier a assumir o objeto contratual, devendo, obrigatoriamente:
  - 3.18.2.1. Manter a execução regular dos serviços até o término da vigência contratual, inclusive durante o período de transição;
  - 3.18.2.2. Apresentar relatório técnico de encerramento contendo: descrição dos serviços prestados, pendências em aberto, histórico de ocorrências relevantes e demais informações necessárias à continuidade da execução contratual;
  - 3.18.2.3. Prestar esclarecimentos técnicos à equipe de fiscalização e à nova Contratada sobre o funcionamento do sistema de clipping e das rotinas operacionais adotadas;
  - 3.18.2.4. Transferir à Administração, até o último dia de vigência contratual, todos os dados, arquivos, relatórios e documentos relacionados à execução do objeto, em formato aberto e editável, assegurando sua integridade e disponibilidade.
- 3.18.3. A Contratada deverá permitir, durante os 15 (quinze) dias anteriores ao encerramento contratual, o acompanhamento de sua execução pela equipe da nova Contratada, quando esta já estiver designada, visando à transferência do conhecimento necessário.
- 3.18.4. O não cumprimento das obrigações de transição contratual poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas previstas no contrato, inclusive retenção de pagamentos devidos, até a devida regularização da transição.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência do objeto, sem prévia e expressa autorização da Contratante.



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. Pelo fornecimento, objeto deste contrato, a Contratante pagará à Contratada a importância de até **R\$ \_\_\_\_\_** ( \_\_\_\_\_ ), de acordo com a proposta da Contratada e com a tabela constante na cláusula 1.1;
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **ANEXO IV** do Termo de Referência.
- 6.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate descumprimento por parte da Contratada, de acordo com Tabela constante do **ANEXO IV** do Termo de Referência.
- 6.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### 6.4. LIQUIDAÇÃO E PRAZO DE PAGAMENTO

- 6.4.1. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser encaminhada ao respectivo Fiscal para providências de liquidação após a execução do serviço ou entrega do objeto;
- 6.4.2. Para fins de liquidação, a Nota Fiscal ou Fatura apresentada deverá conter os seguintes elementos:
  - 6.4.2.1. a data da emissão;
  - 6.4.2.2. os dados do contrato e do órgão Contratante;
  - 6.4.2.3. descrição clara e individualizada do objeto;
  - 6.4.2.4. o período de execução, no caso de serviço contínuo;
  - 6.4.2.5. o valor a pagar; e
  - 6.4.2.6. eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.
- 6.4.3. Havendo inconsistência na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente a liquidação ficará suspensa até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para pagamento, sem ônus à Contratante;
- 6.4.4. O pagamento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos, contados da sua apresentação;
- 6.4.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade;
- 6.4.6. O pagamento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente ficará condicionado à manutenção das condições de habilitação da Contratada;
- 6.4.7. Verificada, pelo Fiscal, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante;
- 6.4.8. Não havendo regularização, o contrato será passível de rescisão, sem prejuízo de aplicação de eventuais sanções;
- 6.4.9. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso,



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita;

- 6.4.10. Na hipótese de atraso no pagamento, por prazo superior a 30 (trinta) dias, por culpa exclusiva da Contratante, sobre o valor da Nota Fiscal incidirá correção monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), proporcional aos dias em atraso.

### 6.5. FORMA DE PAGAMENTO

- 6.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada;
- 6.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 6.5.3. Na ocasião do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 6.5.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contados da data do orçamento estimado em **27/04/2026**;
- 7.2. Após o interregno de um ano, e mediante pedido da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, com base na variação acumulada do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas presentes no Termo de Referência e os termos de sua proposta.
- 8.2. Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a Contratada possa executar o objeto, fornecendo a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação por escrito da Contratada, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.
- 8.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 8.4. Verificar se durante a vigência da contratação estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 8.5. Atestar a efetiva execução do objeto, bem como a sua qualidade.
- 8.6. Rejeitar os serviços que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações técnicas.
- 8.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais falhas na execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- 8.8. Assegurar o livre acesso aos funcionários da Contratada, desde que eles estejam devidamente credenciados e obedeçam as normas e regulamentos da Contratante.
- 8.9. Durante a execução do objeto contratual, reserva-se à Contratante a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no respectivo Termo de Referência e seus Anexos.
- 8.10. Efetuar o pagamento pela execução do objeto, na forma convencionada no presente instrumento, desde que atendidas as formalidades previstas.

### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A Contratada deverá enviar mensalmente à Contratante, até o dia 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente, os dois relatórios mensais.
- 9.2. Em caso de situações excepcionais, que impossibilitem o envio dos relatórios no prazo estabelecido, a Contratada deverá informar à Diretoria de Comunicação Social o ocorrido com urgência, com as devidas justificativas, e indicar o tempo previsto para a plena execução do serviço.
- 9.3. A correção de serviços considerados falhos, incompletos ou insatisfatórios, relacionados à clipagem das notícias, à análise de conjuntura ou quaisquer outros aspectos descritos no Termo de Referência deverá ocorrer no prazo máximo de uma (1) hora, contado do recebimento da notificação, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas em lei.
- 9.4. A Contratada deverá comprovar, obrigatoriamente, até a data de assinatura do contrato, contar com profissional responsável de Ensino Superior, com graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, por se tratar de caráter profissional vinculado a notícias jornalísticas publicadas nos meios de comunicação social.
  - 9.4.1. Caberá a tal profissional supervisionar e revisar a montagem dos boletins, a elaboração de títulos, a edição de conteúdos de rádio e TV e a entrega dos demais serviços exigidos pelo Termo de Referência.
- 9.5. A Contratada deverá comprovar que possui termo de acordo operacional do Licenciamento Para a Pesquisa de Conteúdos para os veículos de comunicação, para que não haja violação de direitos autorais.
  - 9.5.1. O Termo de acordo operacional do Licenciamento para pesquisa de conteúdos poderá ser apresentado até a data de assinatura do contrato.
- 9.6. A Contratada deverá clipar as notícias em sua fonte de origem, ficando proibido o monitoramento restrito aos meios online de outros veículos de comunicação, como TVs, rádios e jornais, inclusive os de bairro.
  - 9.6.1. Cabe à Contratada elaborar uma programação e acompanhar a publicação dos jornais de bairro e de outros cuja periodicidade não é diária/regular, podendo a mesma ser solicitada pela Diretoria de Comunicação Social, para fins de acompanhamento e comprovação do serviço.
- 9.7. Caberá à Contratada, no início da prestação do contrato e eventuais renovações, fornecer à Diretoria de Comunicação Social da Contratante a tabela de custo equivalente dos veículos de comunicação listados no **ANEXO III** do Termo de Referência.
  - 9.7.1. Despesas e custos, diretos ou indiretos, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas ficarão a cargo da Contratada.



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

- 9.8. A Contratada responderá por quaisquer danos que venham a ser causados ao Contratante por seus empregados ou pela omissão deles no desempenho de suas tarefas, desde que fique realmente comprovada essa responsabilidade.
- 9.9. Executar os serviços objeto desta contratação na forma e em prazo não superior ao máximo estipulado no Termo de Referência.
- 9.10. Arcar com eventuais prejuízos causados dentro das instalações da CMC por seus empregados durante a entrega dos itens.
- 9.11. Disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.
- 9.12. Acatar às recomendações da fiscalização da CMC, facilitando a sua ampla ação, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- 9.13. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- 9.14. Facilitar o acompanhamento da Contratante sobre a execução do objeto.
- 9.15. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada na execução do objeto, bem como prestar, prontamente, os esclarecimentos solicitados.
- 9.16. Responsabilizar-se pelos atos de seus empregados e danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente objeto, arcando com toda e qualquer indenização proveniente de suas ações ou omissões.
- 9.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 9.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas ambientais vigentes atinentes à aquisição pretendida, associadas à poluição ambiental e destinação de resíduos.
- 9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da obrigação.
- 9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.21. Acatar e cumprir as normas internas da Administração.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da lei nº 14.133, de 2021, pelas razões a seguir:
  - 10.1.1. A dispensa da exigência de garantia fundamenta-se na natureza do objeto contratado — prestação de serviços de monitoramento de mídia (clipping) — cuja execução não envolve riscos significativos à Administração Pública, tampouco à integridade física de bens patrimoniais, servidores ou terceiros.
  - 10.1.2. Justifica-se, ainda, a não exigência de garantia pelo fato de tratar-se de serviço contínuo, sem necessidade de mobilização de equipamentos de alto valor, obras civis, investimentos prévios consideráveis ou adiantamentos financeiros por parte da Administração, elementos estes que comumente ensejam a necessidade de proteção por meio de garantias.
  - 10.1.3. Ademais, a exigência de garantia poderia restringir indevidamente a competitividade do certame, especialmente diante de um público-alvo composto por microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 5º da Lei Complementar no 123/2006 e no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021, o que se buscou evitar em atenção ao interesse público e à economicidade.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
  - a) der causa à inexecução parcial do contrato;



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. Impedimento de licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - 11.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - 11.2.3. Multa:
    - 11.2.3.1. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, contado desde o primeiro dia do atraso na execução de qualquer prazo previsto no Termo de Referência ou instrumento contratual, a ser calculada sobre o valor da obrigação inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    - 11.2.3.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme determina o inciso I do artigo 137, da Lei nº 14.133/21, com aplicação de multa compensatória no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.6.4. os danos que dela provierem para a Contratante;



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

- 11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 11.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;
- 11.11. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;
- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;
- 12.2.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 12.2.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
- 12.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;
- 12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas;
- 12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.5. O contrato poderá ser extinto:



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

- 12.5.1. Caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 12.5.2. Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Curitiba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01.000.01.001.01.122.0011.2002	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO PODER LEGISLATIVO
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, além da legislação municipal.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.



Câmara Municipal de Curitiba

## MINUTA

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

- 17.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

PALÁCIO RIO BRANCO, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**LEÔNIDAS EDSON KUZMA**

Presidente

**Câmara Municipal de Curitiba**

CONTRATADA

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CONTRATANTE

1ª Testemunha:

Nome:

2ª Testemunha:

Nome:

*Minuta elaborada por Francielli Fonseca Fornarolli - Matrícula 2268.*

*Minuta revisada por Marilyn Lisboa de Miranda – Matrícula 2171.*